

A formação da subesfera literária: um breve panorama histórico

Aline C. Ferreira¹

Resumo: O presente trabalho apresenta a formação da subesfera literária, isto é, demonstra, brevemente, o processo histórico da autonomização relativa da literatura com a consolidação do capitalismo. Para tanto é apontado o processo de divisão intelectual do trabalho que se intensifica especialmente na sociedade capitalista. Assim, demonstra-se como, a partir deste processo, a literatura passou de um sentido amplo (que englobava diversos tipos de escritos) para um significado restrito (referindo-se apenas aos escritos ficcionais). Com isso, justificamos por que utilizamos os termos esfera artística e subesfera literária para se referir a essa intensificação específica da divisão intelectual do trabalho. Além disso, apontamos a importância de se estudar tal processo de forma crítica, desvelando o surgimento de ideologias (falsas consciências) como consequência desse fenômeno (como a ideologia da “arte sublime”).

Palavras-chave: Subesfera literária; Literatura e capitalismo; Literatura e marxismo.

The formation of the literary “subsphere”: a brief historical panorama

Abstract: This work presents the formation of the literary “subsphere”, in other words, it briefly demonstrates the historical process of the relative autonomization of literature with the consolidation of capitalism. The process of intellectual division of labor intensifies especially in capitalist society. Thus, we show how, from this process, literature went from a broad sense (encompassing various types of writings) to a restricted meaning (referring only to fictional writings). By this, we justify why we use the terms artistic sphere and literary “subsphere” to refer to this specific intensification of the intellectual division of labor. In addition, we point out the importance of studying this process critically, revealing the emergence of ideologies (false consciousness) because of this phenomenon (as the ideology of the “sublime art”).

Keywords: Literary “subsphere”; Literature and capitalism; Literature and Marxism.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela UNESP, na Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: allinex3@gmail.com

Este texto tem como objetivo apresentar a formação da literatura em seu sentido especializado, isto é, em referência aos escritos ficcionais. Apontaremos o processo histórico por detrás deste fenômeno, associando-o à intensificação da divisão do trabalho, que criou uma esfera artística e, por conseguinte, uma subesfera literária – termos utilizados por Viana (2007, 2013b, 2016) que explicaremos melhor ao final deste trabalho. Consideramos relevante apresentar um panorama histórico da literatura enquanto um elemento (uma subesfera) especializado (a) por dois motivos, elencados a seguir.

Primeiramente, tal exposição contribui para o entendimento da intensificação da divisão social do trabalho na atualidade, especialmente da divisão intelectual. Tal fenômeno já foi constatado por Marx e Engels (2007) em *A ideologia alemã*, mas de forma introdutória, devido principalmente ao momento histórico no qual estes dois autores estavam inseridos. Além disso, há as menções pontuais de Marx ao fenômeno artístico, como a questão da hostilização do capitalismo à arte, e a consequente questão da autonomização da arte que envolve tal elemento. No entanto, como é sabido, Marx e Engels não chegaram a dedicar escritos sistematizados sobre a arte ou a literatura – o que há são fragmentos sobre tais assuntos (MARX; ENGELS, 2010). Por isso, posteriormente, diferentes autores buscaram desenvolver esse assunto sob a influência da teoria marxista.

Assim, em relação à intensificação da divisão intelectual do trabalho, há a abordagem de diversos autores, com perspectivas distintas que se referem ao mesmo fenômeno. Como, por exemplo, Lukács (2010) ao identificar que o momento por ele denominado como “decadência ideológica burguesa” é marcado justamente pela crescente especialização, em que os literatos começam a se profissionalizar (começando por Flaubert, passando por Zola, chegando ao expressionismo e demais manifestações artísticas bastante criticadas pelo autor húngaro). Atualmente, e com uma perspectiva diferente de Lukács, pode-se destacar Viana (2007, 2013a, 2016) que em seus estudos sobre sociologia da arte, a partir da perspectiva marxista, aborda sobre a esfera artística enquanto uma esfera que surgiu da intensificação da divisão social do trabalho. Nesse sentido, o autor também se inspira no estudo de Pierre Bourdieu acerca da formação do campo literário (isto, da subesfera literária), como nos estudos de Max Weber sobre racionalização (tais elementos são assimilados, no entanto, a partir do marxismo).

O segundo motivo pelo qual consideramos importante apresentar um trabalho sobre a formação da subesfera literária é o fato de que tal discussão contribui para a desmistificação da arte vista como algo sublime, ou mesmo da arte explicada pura e simplesmente por questões psicológicas. Outros autores já destacaram tal elemento, como Eagleton (2011), em *Marxismo e crítica literária*, que aponta que a análise da literatura por meio do marxismo ultrapassa as explicações puramente psicológicas e sociológicas, além de ultrapassar também as considerações meramente formais, mesmo porque forma e conteúdo devem ser concebidos de modo unificado. Lucien Goldmann (1967) também pode ser destacado, pois, ele se atenta ao caráter social da obra, buscando uma visão totalizante. Lukács, por sua vez, com sua preocupação de associar a história do capitalismo e o desenvolvimento da literatura, como no conhecido texto “O romance como epopeia burguesa” (LUKÁCS, 2011a), ou mesmo em seu *O romance histórico* (LUKÁCS, 2011b), também contribui para criticarmos aquela perspectiva que enxerga a arte como algo sublime, que surge da mente de um indivíduo supostamente isolado. Além de intelectuais não marxistas como Pierre Bourdieu (1996) que em seu estudo sobre a formação do campo literário também desmistifica a visão do “gênio” literário.

Enfim, evidentemente tais autores citados são bastante diferentes entre si, partindo de bases intelectuais distintas, e devem ser criticados em suas possíveis limitações que devem ser analisadas caso a caso. No entanto, o que queremos demonstrar aqui é que a desmistificação da criação literária (e artística num geral) como se fosse algo que dependesse pura e simplesmente de um indivíduo “iluminado” e “genial” não é um tema novo, mas, ao mesmo tempo, é ainda um tema importante que merece destaque. Tal aspecto é fundamental para a teoria marxista na medida em que esta pressupõe que a produção social das ideias (incluindo a arte) está intrinsecamente ligada à realidade social, às relações sociais.

Considerando tais elementos, discutiremos de forma breve a formação da subesfera literária apresentando a historicidade da palavra “literatura” e entrelaçando tal elemento com a culminação da ideia restrita de literatura tal como concebemos hoje, surgida no século XIX, ligada à especialização. Após isso, apresentaremos a ideia de esfera artística e especificamente subesfera literária como algo que surge no capitalismo devido à autonomização relativa da arte e da literatura.

Para pensarmos sobre a historicidade da palavra “literatura” utilizamos especialmente três autores que trazem ricas informações ao nosso estudo; são eles: Raymond Williams, Terry Eagleton e Jean-Paul Sartre. Assim, mencioná-los-emos mais

a nível informativo em relação ao tema estudado, não necessariamente concordando com suas proposições políticas ou bases intelectuais.

Tanto Raymond Williams (1979) quanto Terry Eagleton (2006) identificam a necessidade de se entender a historicidade da palavra “literatura” a fim de buscar compreendê-la:

[...] quando qualquer conceito tem um desenvolvimento especializado interno tão profundo e complexo, é difícil examiná-lo ou questioná-lo de fora. Para compreender sua significação, e os fatos complicados que revela em parte, e em parte obscurece, devemos voltar-nos para o exame do desenvolvimento do próprio conceito (WILLIAMS, 1979, p. 51).

Eagleton (2006) fundamentará a sua argumentação justamente a partir de uma busca de definição extremamente ampla de literatura, criticando o fato de que esta palavra mudou de significado com o passar histórico. Sartre (1999) também realiza um panorama histórico para fundamentar sua percepção sobre o que consiste essa expressão artística específica, enfatizando bastante a relação da literatura com o público leitor, bem como com as classes sociais (que, em nossa perspectiva, constitui uma das principais contribuições do autor para o entendimento desse fenômeno social).

A modificação do significado da palavra “literatura” remete, primeiramente, à modificação da palavra “cultura”, que também começou a adquirir um novo sentido por volta do século XVIII. Além disso, outros termos correlacionados, como “arte” e “estético”, também tiveram os seus significados modificados (rumo à fragmentação). Isso estaria atrelado à necessidade de distinção entre estudos que lidam com seres humanos e as suas linguagens, com a ciência que lidaria com o mundo físico, a partir do século XVIII (WILLIAMS, 1979).

Sartre (1999) nos alerta que a mudança do sentido da palavra “literatura” ocorre ao mesmo tempo em que o seu *público* (isto é, os leitores) também se transforma. No século XVII, por exemplo, literatura significava simplesmente escrever bem. Nesse momento, o leitor era, ao mesmo tempo, um escritor em potencial. Isso porque “[O leitor desta época] faz parte de uma elite parasitária para a qual a arte de escrever, se não é um ofício, é ao menos a marca da sua superioridade” (SARTRE, 1999, p. 70). Se no século XII os escritores estavam muito mais ligados aos clérigos, no XVII eles eram parasitários dos nobres. Por serem lidos pelas classes privilegiadas, estes escritores buscavam atender às demandas destas classes. Desse modo, eles se dirigiam a um público “esclarecido” que

os controlavam. Mas ainda assim, na perspectiva de Sartre (1999), a literatura continuaria com um núcleo comum, independente das épocas, que seria a questão da liberdade.

Já o sentido moderno que se dá à palavra “literatura” surgiu depois do século XVIII; mas, de acordo com Williams (1979), suas condições de aparecimento já existiam desde o Renascimento. Na língua inglesa ela começou a ser usada no século XIV, com influência da língua francesa, cuja raiz, proveniente do latim, era *littera*, significando uma letra do alfabeto. Literatura significava simplesmente a capacidade de ler principalmente os livros impressos, quando estes passaram a ter maior difusão devido ao surgimento da imprensa (WILLIAMS, 1979).

Na língua inglesa a palavra *Literature* começou a ganhar um sentido especializado da retórica e gramática, que eram coisas mais amplas. Mas, ainda assim, esta palavra era mais associada à leitura do que à escrita (que tinha mais relação com a poesia).

Ela se tornaria uma categoria mais geral do que *poetry*, ou do que a palavra mais antiga *poesy*, que eram termos gerais para a composição imaginativa, mas que em relação ao desenvolvimento de *literature* tornaram-se predominantemente especializadas, a partir do século XVII, como composição métrica, e especialmente a composição ativa – a “feitura” – que *poetry* descrevia (WILLIAMS, 1979, p. 52).

A poesia era associada à imaginação, ficção etc., enquanto a literatura era algo mais amplo que remetia ao ato de ler. Por isso ela era muito utilizada como uma forma de distinção social, pressupondo certo “nível” de educação. Esse ato de ler não se restringia aos livros de ficção, incluindo também história, filosofia, etc. Começou-se, então, a criar um sentido de suposta “superioridade” intelectual a quem tinha acesso a esses escritos e os estudava; havendo um processo de diferenciação entre “literatura” e “Literatura”. Foi nesse momento que surgiu a figura do crítico como o conhecemos hoje.

No século XVIII a burguesia, enquanto uma “classe ascendente”, ao tomar consciência de si mesma, buscou se desvencilhar das ideologias impostas. O escritor contribuiu para isso, esboçando um público passivo. Como a classe burguesa necessitou tomar para si um discurso de interesses universais, ela criou um escritor que não precisava mais estar preso à exaltação da elite que lhe era subordinada (SARTRE, 1999).

Desse modo, até mais ou menos o século XVIII a palavra literatura era usada em um sentido mais amplo. “Não era o fato de ser ficção que tornava um texto ‘literário’ [...] e sim sua conformidade a certos padrões de ‘belas letras’” (EAGLETON, 2006, p. 25). Assim, ao mesmo tempo em que na Inglaterra do século XVII os escritos de Shakespeare

são considerados literatura, os ensaios de Francis Bacon também são. Já no século XIX, os escritos de Macaulay (poeta britânico) são considerados literatura, enquanto os escritos de Marx, não (EAGLETON, 2006). Isso porque a partir do XIX, com o advento do romantismo, a literatura passou a ganhar um sentido restrito, referindo-se aos escritos “imaginativos”. “O que aconteceu, em primeiro lugar, foi uma limitação da categoria da chamada obra ‘criativa’ ou ‘imaginativa’” (EAGLETON, 2006, p. 26). Além disso, Williams (1979) coloca que começou a haver uma ligação desta palavra com o desenvolvimento da ideia de nação em seu sentido moderno. As obras literárias passaram a servir como uma maneira de exaltar a pátria, resgatando também as línguas clássicas. Para este autor todos os aspectos mencionados já eram embrionários desde o Renascimento, mas se desenvolveram de fato ao longo dos séculos XVIII e XIX (WILLIAMS, 1979).

Eagleton (2006) defende que essa visão de literatura dos românticos tem relação com uma visão de tentativa de fuga política da realidade, em que há uma valorização extrema do artista, justificando a ideia do artista como um “gênio” e da arte como algo “sublime”. Assim, desenvolveu-se ainda mais uma concepção de literatura como uma maneira de distinção social. Isso ocorre, pois, de acordo com Sartre (1999), a partir da consolidação da burguesia no poder, após as suas revoluções, a classe intelectual, especialmente os literatos, criaram um mito no qual eles são apartados da sociedade, como pessoas solitárias que, subjetivamente, criam de suas mentes o *belo*. O filósofo francês critica esses intelectuais, demonstrando como eles, por mais que se reivindicuem apartados da sociedade, neutros, contribuem para a perpetuação da classe burguesa. Ou seja, no XIX a literatura ganha uma autonomia, mas que é *enganosa* em seu sentido absoluto. Isso porque ela não está isenta de determinados valores; ou seja, não está fora da sociedade. Os escritores criam uma imagem de neutralidade, ou de indiferença com a realidade, como se as classes sociais inexistissem – mas, no fundo eles correspondem aos interesses burgueses. E, dessa maneira, é criada a imagem da arte como se ela fosse sublime (SARTRE, 1999).

A solidão do artista é duplamente falsificada: dissimula não só uma relação real com o grande público, mas também a reconstituição de um público de especialistas. Uma vez que se abandona ao burguês o governo dos homens e dos bens, o espiritual se separa outra vez do temporal, e vê-se renascer uma espécie de clericalismo. O público de Stendhal é Balzac, o de Baudelaire é Barbey d’Aurevilly, e Baudelaire, por sua vez, se faz público de Poe. Os salões literários adquirem um vago ar de colégio; neles “fala-se de literatura”, a meia-voz, com infinito respeito, neles se debate se o músico extrai mais prazer estético da sua música do que o escritor dos seus livros; à medida que se afasta

da vida, *a arte volta a tornar-se sagrada* (SARTRE, 1999, p. 96-97, itálicos nossos).

E assim é construída uma definição de literatura, baseada na ideologia da arte pela arte, que é apartada das relações sociais concretas consistindo, portanto, em uma definição idealista. O extremo dessa ideologia, na concepção de Sartre (1999), se dá com o surrealismo, em que a literatura torna-se uma negação absoluta, chamada de anti-literatura².

Williams (1979) faz uma observação interessante ao relacionar a preocupação de diferenciação, no XIX, de escritos “imaginativos” em relação aos escritos mais “racionais”, como uma maneira de valorização da criatividade humana, em resposta ao desenvolvimento do capitalismo, em que o processo de desumanização é evidente.

O processo de “literatura” em obras “criativas” ou “imaginativas” é muito mais complicado. É em parte uma importante reação afirmativa, em nome de uma “criatividade” humana essencialmente geral, ante as formas socialmente repressivas intelectualmente mecânicas de uma nova ordem social: a do capitalismo e em especial do capitalismo industrial (WILLIAMS, 1979, p. 55).

Enfim, a sociedade se transforma a partir das ações dos seres humanos, sendo, portanto, histórica. Considerando que a literatura está inserida na sociedade, inevitavelmente o seu significado pode sofrer mudanças. Isso significa *historicizar* as palavras de acordo com as mudanças materiais e concretas da sociedade. No entanto, não significa que devemos cair no relativismo.

Como veremos em nosso desenvolvimento sobre as concepções (abordagens) de literatura, é necessário pontuar um significado da palavra que corresponda ao seu fenômeno social de fato existente, considerando as determinações históricas que culminaram nisso. Assim, é necessário considerar a questão da divisão social do trabalho que se torna mais acentuada a partir do capitalismo e se intensifica cada vez mais, implicando na especialização e também nos sentidos das palavras. Apesar de isso ser algo relativamente evidente se partirmos de uma perspectiva materialista da produção das ideias, há divergências em relação a interpretação desse fato histórico da fragmentação do saber e a consequente modificação do significado da palavra literatura.

² Esta ideia de Sartre é questionável. Seria necessária uma análise mais profunda do surrealismo para definir isso. O surrealismo foi criticado tanto pelos defensores do “realismo” quanto pelo existencialismo sartreano. A crítica realizada pelos primeiros é relativamente evidente, enquanto que a crítica realizada pelo existencialismo remete ao problema da influência da psicanálise e da ideia derivada de “escrita automática”, que entra em contradição com o voluntarismo (e ideia de engajamento) do existencialismo.

Este elemento é perceptível, por exemplo, no próprio Eagleton (2006), em *Teoria da literatura: uma introdução*. Na visão deste autor, não é tão simples definir o que é literatura justamente devido às modificações de seu significado com o passar do tempo. Há aqueles que partem da definição de que a literatura é uma escrita imaginativa, ficcional. Porém, em sua concepção, a diferença entre fato e ficção seria simplista, já que em determinadas épocas as duas coisas eram consideradas como literatura. Mas Eagleton (2006) também dá outros exemplos, como as antigas sagas irlandesas, que não se encaixam binariamente nem em uma verdade “histórica” ou “artística”; ou a palavra *novel* na língua inglesa nos séculos XVI e XVII que se referia tanto aos acontecimentos reais quanto fictícios; dentre outros exemplos. Além disso, ele também aponta que muito do que é ficção não é considerado como literatura (histórias em quadrinhos, por exemplo) (EAGLETON, 2006).

Outra definição trazida pelo autor parte dos formalistas russos, que consideram a especificidade da literatura em relação mais à sua forma. Assim, literatura seria definível por “[...] emprega[r] a linguagem de forma peculiar” (EAGLETON, 2006, p. 3), em comparação à linguagem que utilizamos no cotidiano, sendo algo que fugiria da “norma”. Nesse sentido, os formalistas russos estabeleciam a seguinte relação: “[...] o conteúdo era simplesmente a ‘motivação’ da forma, uma ocasião ou pretexto para um tipo específico de exercício formal” (EAGLETON, 2006, p. 4). O problema desses autores (e a sua definição de literatura), de acordo com o autor, consiste no fato de que mesmo quando se referem à literatura em forma de prosa eles realizam uma análise como se estivessem lidando com a poesia. Esta, portanto, tem uma prevalência muito maior em suas análises. Assim, o autor inglês aponta que os formalistas têm uma definição mais de poesia do que propriamente de literatura.

Por outro lado, pode-se dizer que “literatura é um discurso ‘não pragmático’; ao contrário dos manuais de biologia e recados deixados para o leiteiro, ela não tem nenhuma finalidade prática imediata, referindo-se apenas a um estado geral de coisas” (EAGLETON, 2006, p. 11)³. O problema dessa definição, de acordo com o autor, é que ela depende da maneira como será lida. Algo considerado por uma pessoa como “não-pragmático” pode ser lido por outra de forma “pragmática”⁴. Ele aponta que algumas

³ Eagleton (2006) não explicita quais autores especificamente defendem essa ideia.

⁴ O autor não aprofunda o que entende por “pragmático”, mas a partir de suas considerações podemos depreender que quando ele fala em linguagem “pragmática” há a referência a uma linguagem “direta”, isto é, sem uma mediação figurativa, sem uma forma artística.

obras consideradas literárias não foram criadas com o intuito de serem lidas de forma não-pragmática como pode ocorrer: “Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura; ou pode começar como literatura e passar a ser valorizado por seu significado arqueológico” (EAGLETON, 2006, p. 13).

Eagleton (2006) também aponta que outra definição comum de literatura é aquela que parte de julgamentos valorativos. Estes julgamentos, de acordo com o autor, referem-se à legitimação do que é literatura a partir da opinião de especialistas provenientes da academia, tendo relação com a ideia do “belo” como algo sublime. Assim, um escrito muitas vezes é nomeado como literário por ser considerado belo. Essa concepção começou a ser constituída desde o Renascimento e se intensificou no século XIX – como já apontamos anteriormente. No entanto, essa perspectiva é equivocada, pois a literatura não possui um valor em si, já que é um produto social. Portanto, sua definição não é “objetiva” ou “neutra” regida por coisas pré-concebidas que parecem ser exteriores e anteriores à existência dos seres humanos.

A definição de literatura é variável historicamente. Nesse sentido, Eagleton (2006) considera “literatura” como algo formal e vazio – perspectiva a qual não concordamos. Por esse motivo que, ainda em sua concepção, existiram diferentes definições para este termo:

Como os filósofos diriam, “literatura” e “mato” são termos antes *funcionais* do que *ontológicos*: falam do que fazemos, não do estado fixo das coisas. Eles nos falam do papel de um texto ou de um cardo num contexto social, suas relações com o ambiente e suas diferenças com esse mesmo ambiente, a maneira pela qual se comporta, as finalidades que lhe podem ser dadas e as práticas humanas que se acumularam à sua volta. “Literatura” é, nesse sentido, uma definição puramente formal, vazia (EAGLETON, 2006, p. 14).

Distanciando-se do marxismo, o autor conclui que é impossível sustentar uma teoria da literatura. Primeiro porque, em sua perspectiva, há múltiplas “teorias” que são diferentes entre si (formalismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, teoria da recepção, etc.) e, além disso, essa pluralidade existe devido a uma disputa intelectual interna, que também depende do próprio momento histórico. E isso estaria ligado à exaltação da realidade vigente, no lugar de desafiá-la.

Sempre ouvimos dizer que a literatura está vitalmente relacionada com as situações existenciais do homem: que ela é antes concreta do que abstrata, apresenta a vida em toda a sua variedade, e rejeita a investigação conceitual estéril, preferindo o sentimento e o gosto de se estar vivo. Paradoxalmente, a

história da moderna da teoria literária é a narrativa do afastamento dessas realidades, e da aproximação de uma gama aparentemente interminável de alternativas: o poema em si, a sociedade orgânica, as verdades eternas, a imaginação, a estrutura da mente humana, o mito, a linguagem e assim por diante (EAGLETON, 2006, p. 296).

O autor enfatiza que teoria literária e política são intrinsecamente interligadas, já que a teoria literária está em determinado contexto histórico. Ou seja, ainda que elas se pretendam neutras, “científicas”, na verdade estão relacionadas com a ordem vigente; a teoria literária *pura* é uma fantasia acadêmica. Os intelectuais dessas correntes teóricas buscam legitimar e “implantar” relações de poder dentro da crítica literária policiando, inclusive, o que deve ser considerado literatura ou não.

O segundo motivo pelo qual Eagleton (2006) defende que a teoria da literatura não se sustenta se deve pela perspectiva de literatura deste autor como algo volátil, indefinível. Isso porque, de acordo com sua perspectiva, em cada momento histórico a literatura pode ganhar um significado diferente. Nesse sentido, o autor defende que a teoria da literatura é uma ilusão, pois, ao considerar a literatura de uma maneira “mal dirigida” (sem definição específica), não consegue se distinguir da filosofia, da linguística, da psicologia, etc. Isso porque todos os estudos apresentados de teorias literárias extrapolam o estudo literário, tendo mais proximidade com determinadas áreas das ciências humanas. Como deixaremos mais claro adiante, não concordamos com essa concepção de Eagleton (2006).

No lugar da teoria literária, este autor propõe criar uma “teoria” a partir do estudo da retórica (assim como entendida na antiguidade até o século XVIII) para a análise de diferentes discursos. A literatura estaria incluída nos diferentes discursos. A partir dessa supervalorização dada ao discurso, percebemos como o autor está mais próximo de uma ideologia pós-estruturalista⁵, distanciando-se do marxismo.

O grande problema dessa discussão é que o autor parte de elementos transitórios que compõem a literatura, sem considerar que podem existir especificidades a serem analisadas que podem defini-la em um determinado momento histórico, sem desconsiderar, ao mesmo tempo, que antes da intensificação da divisão intelectual do trabalho ela possuía um sentido bem mais amplo, como vimos anteriormente. A literatura não é apenas uma palavra que “paira” no ar, mas algo que expressa determinado fenômeno na sociedade, que muda com o passar do desenvolvimento histórico. A

⁵ Entendemos o pós-estruturalismo como uma ideologia emergente a partir da década de 1970, em recusa às perspectivas “macros”, “totalizantes”, principalmente ao marxismo. Esta ideologia valoriza o subjetivismo, recaindo em um relativismo e contribuindo para uma visão fragmentária da realidade.

proposta de Eagleton (tratar o que se denomina de “literatura” como “discurso” – algo que vai muito além dos “escritos imaginativos”) acaba se tornando algo extremamente abrangente.

Um dos elementos que interfere na constituição de uma análise mais coerente sobre isso é a definição de ideologia deste autor e como ele “aplica” isso à literatura. Para ele, ideologia são “os modos de sentir, avaliar, perceber e acreditar, que se relacionam de alguma forma com a manutenção e reprodução do poder social” (EAGLETON, 2006, p. 23)⁶. Nesse sentido, afirma que “a literatura, no sentido que herdamos da palavra, é uma ideologia. Ela guarda as relações mais estreitas com questões de poder social” (EAGLETON, 2006, p. 33). Ele exemplifica que com o romantismo, e a sua definição de literatura como algo imaginativo, essa expressão artística se torna um modo de escapismo e fuga política, onde a arte pela arte e os artistas em si são os mais valorizados. O grande problema aqui é a generalização de Eagleton.

Nesse sentido, não estamos de acordo com a concepção defendida por Terry Eagleton (2006) no que diz respeito à definição de literatura, principalmente devido à sua visão da necessidade de uma definição de literatura extremamente ampla (tão ampla que para ele se trataria apenas como uma das formas de *discurso*), almejando um modelo a-histórico – perspectiva que é antagônica ao marxismo.

Jean-Paul Sartre, por outro lado, define a literatura partindo do pressuposto de que a literatura deve ser engajada. O autor francês argumenta que a literatura é a única expressão artística que trabalha com signos, diferentemente da poesia, por exemplo, que, em sua perspectiva, lida com as palavras como se fossem um objeto. Assim, na visão do autor, o que o poeta escreve não possui signos; as palavras são utilizadas na poesia como “armadilhas para capturar uma realidade fugaz” (SARTRE, 1999, p. 14). O mesmo ocorre com a pintura, por exemplo. Assim, para ele, o que diferencia as diversas artes não é apenas a forma, mas também a matéria (sons, cores, palavras, etc.). Segundo Sartre (1999) o pintor, por exemplo, não pinta significados, mas a própria “coisa” – o que para nós constitui uma concepção equivocada. Nessa perspectiva, uma determinada pintura não representa a angústia, ela é a angústia. Se um pintor pinta um casebre, este não é um símbolo da miséria, mas apenas um casebre. Por isso, nesta concepção, não é possível que o pintor, o poeta, o músico, etc., expressem engajamento. Esse ponto de vista de Sartre

⁶ Como podemos comparar com os tópicos anteriores, essa definição de ideologia é diferente daquela pautada por Marx e Engels em *A ideologia alemã*.

é bastante questionável, pois não considera todas essas expressões artísticas como pertencentes a uma totalidade social.

A prosa, por outro lado, em sua perspectiva, seria o “império dos signos”, ou seja, “[...] as palavras não são objetos, mas designações de objeto” (SARTRE, 1999, p. 18). Assim a literatura (prosa) deve ser engajada porque o escritor desvenda as coisas a partir de sua escrita por meio de signos, e esse desvendamento se refere ao tensionamento para a mudança: “[...] a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele” (SARTRE, 1999, p. 21). Não falar sobre determinadas questões do mundo é também falar. Isso significa dizer que, para este autor, ainda que existam escritores que se coloquem como “neutros”, na verdade, isso é uma ilusão; não existe neutralidade.

Outra especificidade da literatura para o autor tem relação com o seu público, isto é, com o leitor. Este complementa aquilo que foi criado pelo escritor, “[...] uma vez que é só através da consciência do leitor que ele pode perceber-se como essencial à sua obra [...]” (SARTRE, 1999, p. 39). E essa relação entre escritor e leitor é um apelo à liberdade. O livro requisita a liberdade do leitor e é a partir disso que sua obra pode existir. Essa liberdade não significa liberdade de interpretação no sentido de atribuição de significado. O autor desenvolve os elementos de uma obra com uma determinada intenção. Isso não significa que seja fácil identificá-la. As coisas não estão harmonizadas “por acaso”/ “naturalmente”, mas intencionalmente. A liberdade aqui referida está mais relacionada ao sentido de compreensão da totalidade do ser humano no sentido de se encontrar na obra algo comum/interposto às pessoas, pressupondo também a transformação da realidade.

Escrever é, pois, ao mesmo tempo desvendar o mundo e propô-lo como uma tarefa à generosidade do leitor. É recorrer à consciência de outro para se fazer reconhecer como *essencial* à totalidade do ser; é querer viver essa essencialidade por pessoas interpostas; mas como, de outro lado, o mundo real só se revela na ação, como ninguém pode sentir-se nele senão superando-o para transformá-lo, o universo do romancista careceria de espessura se não fosse descoberto num movimento para transcendê-lo (SARTRE, 1999, p. 49).

Como Sartre parte da ideia de que a escrita literária está ligada ao leitor e à sua liberdade, criando uma totalidade entre escritor e leitores, para ele é uma contradição uma literatura não engajada, considerando que vivemos num mundo em que os homens são oprimidos e explorados. Um mau romance seria aquele que expressa valores que perpetuam a escravidão do ser humano, por exemplo. A liberdade deve ser conquistada.

Desse modo, Sartre (1999) pressupõe uma transformação da sociedade, no sentido do comunismo propriamente (uma sociedade sem classes, sem Estado, etc.), defendendo isso de modo explícito. Contudo, na época em que ele escrevia (e até o presente momento), vivemos no capitalismo, que é marcado pela exploração e, portanto, não existindo liberdade humana (elemento que o próprio autor também leva como pressuposto).

A burguesia, no entanto, sabe que os literatos estão ao seu lado e que, no máximo, eles se revoltam contra si próprios (como exemplo o autor cita o surrealismo, em que, de maneira questionável, ele o considera como “anti-literário”); e isso é bom porque cria uma ilusão de liberdade. Assim, a literatura que se forma na segunda metade do século XIX se torna uma válvula de segurança para a burguesia. Para Sartre (1999), a literatura dessa época seria mais fecunda se tivesse apoiado o proletariado, a partir de brecha dada no século XVIII, em um período de certa autonomia de liberdade de escrita. Se procurasse despertar a consciência dessa classe social, as obras refletiriam o mundo inteiro. Em sua perspectiva, o escritor do XIX teria traído a literatura.

Por isso Sartre (1999) aponta que apenas em uma sociedade sem classes poderá haver uma liberdade real e verdadeira, que abranja escritores e leitores. Ainda de acordo com o autor, nesta sociedade sem classes a literatura se expressaria como a subjetividade de uma “revolução permanente” (expressão utilizada pelo próprio Sartre), como uma consciência reflexiva da sociedade. Assim, o papel do escritor na sociedade capitalista deveria ser o de diálogo com o proletariado para a libertação da humanidade. É nesse sentido que para este filósofo francês, necessariamente, a literatura deve ser engajada, caso contrário ela é uma má literatura.

Se a literatura tem como finalidade a liberdade, e vivemos numa sociedade oposta a isso, é como se ela ainda não existisse de forma plena. Assim, podemos concluir que para Sartre (1999) a literatura é um ideal, uma utopia. O que existe na atualidade é um embrião dela. A relação entre literatura e o desejo pela liberdade humana é como se fosse um ideal de cada momento histórico, mas que ainda não foi alcançado de maneira plena.

Referindo-se ao *século XVII*, por exemplo, Sartre (1999, p. 77) afirma que “[...] o escritor, porém, se bem que totalmente assimilado pela classe opressora, não é de modo algo seu cúmplice; sua obra é incontestavelmente libertadora, pois tem como efeito, no interior dessa classe, libertar o homem de si mesmo”. Outro exemplo se dá quando o autor fala sobre a ligação dos escritores com a classe burguesa. No momento de início da

ascensão desta classe há o surgimento do que Sartre denomina como “liberdade abstrata”, já que o escritor acabou se ligando aos interesses burgueses.

No momento, ela [a burguesia] aspira à liberdade de opinião, como um degrau de acesso ao poder político. Com isso, exigindo *para si e enquanto escritor* a liberdade de pensar e de exprimir o seu pensamento, o autor serve necessariamente aos interesses da classe burguesa (SARTRE, 1999, p. 83).

Desse modo, no século XVIII, os livros desses novos escritores passaram a constituir um apelo à liberdade. Mas esse apelo acabou quando a burguesia conseguiu tomar o poder. E, agora, os autores deveriam atender às demandas desta nova classe dominante. Portanto, não seria mais interessante falar em liberdade, mas sim em harmonia social, como se não existissem conflitos. O burguês constituiu um discurso de que não existem classes sociais, como se as desigualdades ocorressem ao acaso ou por fatores psicológicos, individuais – e o escritor acabava reproduzindo isso. Desse modo as obras buscam legitimar os direitos burgueses e, dessa maneira, nas palavras de Sartre (1999, p. 91), “A literatura é assassinada”, porque não expressava a liberdade de fato, contribuindo para a perpetuação de uma sociedade de exploração.

Para o autor, portanto, há maus e bons escritores, sendo que os primeiros legitimam a burguesia e os segundos se recusam a fazer isso. É essa recusa que salva a literatura, mas isso faz com que os melhores escritores escrevam contra os seus leitores – esse princípio seria seguido de 1848 até 1914. Assim, o romantismo constituiria a expressão do auge de como os interesses burgueses foram reproduzidos na literatura, revelando uma contradição com os interesses de liberdade; ainda mais considerando que a partir desse momento a tendência é que o público de leitores aumente cada vez mais.

Consideramos que tal perspectiva, de relacionar a literatura com a liberdade dessa maneira, é metafísica, porque, da maneira como é defendida, a literatura aparece como uma coisa independente dos seres humanos, como se ela fosse algo pré-existente e intrínseca por si mesma.

Além disso, Sartre (1999) acaba supervalorizando (e idealizando) esse modo de expressão artística ao considerá-lo como a única possível de engajamento. Isso ocorre porque ele não parece considerar que as demais expressões artísticas também são criadas por seres humanos que fazem parte de classes sociais determinadas e, por isso, expressam interesses e valores em suas obras artísticas, ainda que não sejam de “sua vontade”, ou seja, conscientemente. Desse modo, ele acaba colocando a literatura em um patamar “elevado”, em detrimento dessas considerações que acabamos de mencionar. Sartre parte

do pressuposto existencialista em que “a existência precede a essência”. Sua concepção é subjetivista, pois a literatura deve ser igual ao projeto, ou seja, deve ser engajada tendo como fim a liberdade. A literatura, então, aparece como um ideal a ser alcançado, e não como uma expressão dos indivíduos que expressam a realidade a partir das suas relações sociais.

Mas, evidentemente, o autor francês também nos traz diversas contribuições para o entendimento da literatura. Um de seus méritos é considerar a historicidade e a luta de classes, apontando para a necessidade de transformação social a fim de alcançar a liberdade humana. A crítica que ele faz à ideia da arte pela arte, ao identificar a criação do mito do artista como um gênio isolado a partir do século XIX, como algo pertencente à ideologia burguesa, é também bastante interessante.

Sobre a discussão geral sobre a historicidade do significado da palavra literatura, pudemos constatar concretamente que a modificação da realidade social acompanha a modificação das ideias, e do fenômeno artístico. Isso significa dizer que ainda que tenhamos utilizado de três autores diferentes entre si (com bases intelectuais distintas), e que não concordamos completamente com os três, o fato é que eles descreveram um elemento importantíssimo: a partir do século XIX especialmente com o romantismo a literatura adquiriu tal autonomia que ela começou a *aparecer* como algo sublime – daí a valorização dos artistas como pessoas supostamente “especiais”, como se estivessem isoladas da sociedade, que é uma totalidade. Tal elemento constitui justamente a formação da subesfera literária. Ou seja, o que podemos perceber a partir dos panoramas históricos trazidos pelos autores expostos, é que houve uma intensificação da divisão intelectual do trabalho com o desenvolvimento da sociedade capitalista. E, assim, como vimos, a partir do século XIX “literatura” ganhou o seu sentido restrito: “escrita imaginativa” ou “escrita ficcional”.

Assim, em nossa perspectiva, para desenvolvermos essa questão, é necessário considerar que “A origem do ser antecede a origem da palavra e seu significado autêntico” (VIANA, 2013b, p. 13). Assim, a origem do *ser* que hoje chamamos de literatura em seu sentido restrito, explicitado a partir do século XIX, já existia, mas ainda não havia, em épocas anteriores, a necessidade de especificá-lo em uma só palavra devido ao modo como as pessoas se relacionavam, onde a divisão do trabalho ainda não era muito acentuada como começou a se configurar a partir do XIX. Portanto, obviamente, isso influenciaria os literatos (escritores) e o significado atribuído à palavra “literatura”, que não se constituiu arbitrariamente, mas sim devido às mudanças da realidade concreta.

Para expressar este fenômeno de autonomização relativa da arte Viana (2007; 2013a) utiliza o termo “esfera artística” e, em relação à literatura, “subesfera literária”. De acordo com este autor, “o conceito de esfera artística remete ao processo de expansão da divisão social do trabalho e criação de formas de trabalho improdutivo que compõem as formas de regularização das relações sociais” (VIANA, 2013a, p. 65). Assim, uma de suas teses é a de que a esfera artística enquanto algo especializado surge com o capitalismo. Em suas palavras,

O processo de especialização e autonomização, abordados por Marx, Weber e Bourdieu, revelam a mutação que ocorreu. A arte pré-capitalista possuía características diferenciadoras. A arte moderna já é marcada por diversas diferenças oriunda da especialização, autonomização, mercantilização e racionalização, processos que são várias fases de um mesmo fenômeno. Assim, as obras de arte surgem antes do capitalismo, mas a arte enquanto produto especializado, surge com o capitalismo. Isso é derivado do surgimento da esfera artística (VIANA, 2007, p. 46-47).

Além disso, este autor aponta a tese de que a esfera artística é composta por diversas subesferas que manifestam diferentes formas de arte: “Neste sentido, é possível perceber a existência de uma subesfera teatral, literária, fílmica, etc. Cada subesfera busca sua valoração, expansão, etc. Elas criam valores específicos ao lado dos valores artísticos, isto é, do conjunto da esfera artística em geral” (VIANA, 2007, p. 50-51).

Desenvolvendo tal aspecto em um trabalho posterior, Viana (2016) aborda a subesfera literária de modo histórico ao associá-la às modificações das épocas literárias no capitalismo: “No processo histórico de constituição de épocas literárias, o desenvolvimento da subesfera literária é uma das determinações mais importantes” (VIANA, 2016, p. 195). Ele associa o desenvolvimento dos regimes de acumulação⁷ da

⁷ Os regimes de acumulação do modo de produção capitalista foram apontados e estudados por diferentes autores. Viana apresenta a sua perspectiva específica principalmente nos seguintes trabalhos: *Estado, Democracia e Cidadania* (VIANA, 2015) e *O capitalismo na era da acumulação integral* (VIANA, 2009). De modo resumido, “Os regimes de acumulação são formas assumidas e cristalizadas das lutas de classes no processo de valorização, no aparato estatal e na exploração internacional. A história do capitalismo é marcada pela sucessão de diversos regimes de acumulação. A acumulação primitiva de capital cria as condições para o surgimento da acumulação capitalista propriamente dita (MARX, 1988) e distintos regimes de acumulação emergem após isso: regime de acumulação extensivo (que vai do século 18 até meados do século 19), regime de acumulação intensivo (do final do século 19 até 1945), regime de acumulação conjugado (de 1945 até 1980), regime de acumulação integral (de 1980 até hoje). Em cada um desses regimes de acumulação há uma forma hegemônica de valorização (como taylorismo, fordismo, toyotismo, etc.), uma forma estatal (liberal, integracionista, neoliberal, etc.) e de exploração internacional (neocolonialismo, imperialismo financeiro, hiperimperialismo, etc.). É uma mudança no processo de acumulação de capital que atinge o conjunto da sociedade capitalista, que mantém sua essência (fundamentalmente o modo de produção capitalista, mas também uma episteme e mentalidade burguesas, no plano cultural, o caráter do aparato estatal capitalista, etc.) e realiza mudanças formais” (VIANA, 2016, p. 192).

história do capitalismo com as épocas literárias (termo utilizado por Erich Auerbach, que é assimilado por Viana). Considerando tal aspecto, no momento após 1848, momento de crise do regime de acumulação extensivo, a subesfera literária se consolida⁸.

Assim, diferentes autores estudaram e apontaram a autonomização relativa da literatura, alguns apontando muito a questão de classe por detrás deste fenômeno, o que fez com que se gerasse ideologias, tal como a da “arte pela arte”. Para entender tal fenômeno consideramos importantes apontar a sua historicidade, entrelaçando-a às lutas e aos interesses de classes, dentre outras determinações. Consideramos que as informações trazidas por este trabalho contribuem nesse aspecto.

Como já apontara Marx (2008), o concreto é a síntese das múltiplas determinações. Um pesquisador que almeja partir de uma perspectiva marxista deve se atentar para tais elementos a fim de não recair em idealismos, avançando para a crítica da sociedade vigente e concebendo a obra de arte como algo que deve servir ao propósito da emancipação humana.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e Crítica Literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁸ Interessante perceber que este é o momento também apontado por Lukács (2010) quando fala sobre a profissionalização dos literatos, em suas críticas ao naturalismo, marcando o período de decadência ideológica. No entanto é preciso deixar claro que a base intelectual que fundamenta a análise de Lukács é diferente de Viana, inclusive com concepções diferentes sobre arte – elementos que não seria possível aprofundar neste trabalho.

LUKÁCS, György. O romance como epopeia burguesa [1934]. In: _____. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011a. p. 193-244.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 1999.

VIANA, Nildo. *A Esfera Artística: Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

VIANA, Nildo. A formação da esfera artística. *Sociologia em Rede*, vol. 3, num. 3, p. 62-72, 2013a. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/5viana3/17>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

VIANA, Nildo. Autogestão: O Signo e o Ser. *Enfrentamento*, Goiânia, ano 8, n. 14, p. 07-20, jul/dez. 2013b. Disponível em: <<http://enfrentamento.net/enf14.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. Regimes de acumulação e épocas literárias. *Revista Sísifo*, Feira de Santana-BA, v. 1, nº 3, p. 188-214, Maio. Ano 2016. Disponível em: <<http://www.revistasisifo.com/2016/05/regimes-de-acumulacao-e-epocas.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.